



Informativo

Programa de Comunicação Social Regional dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas

Aracaju (SE), setembro de 2014 - ANO 8 Nº 2



A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro apresenta os resultados mais recentes

O Projeto do Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro (PMPDP) apresentou nos meses de abril e maio os mais recentes resultados de coleta de dados e mapeamento da atividade pesqueira da área compreendida entre a foz do Rio São Francisco, em Sergipe, e o município de Conde, na Bahia.

Desenvolvido num convênio entre a Petrobras e a Universidade Federal de Sergipe, o projeto é realizado desde 2009 como condicionante de licença ambiental para empreendimentos marítimos e, de lá para cá, cresceu em dimensão e objetivos. De acordo com o gestor do projeto pela Petrobras, o engenheiro de Meio Ambiente Cristiano Parente, o projeto deixou de buscar apenas o acompanhamento do desembarque pesqueiro. "Hoje a gente procura saber de onde vem a embarcação, ou seja, o projeto passou a ser o acompanhamento da atividade pesqueira".

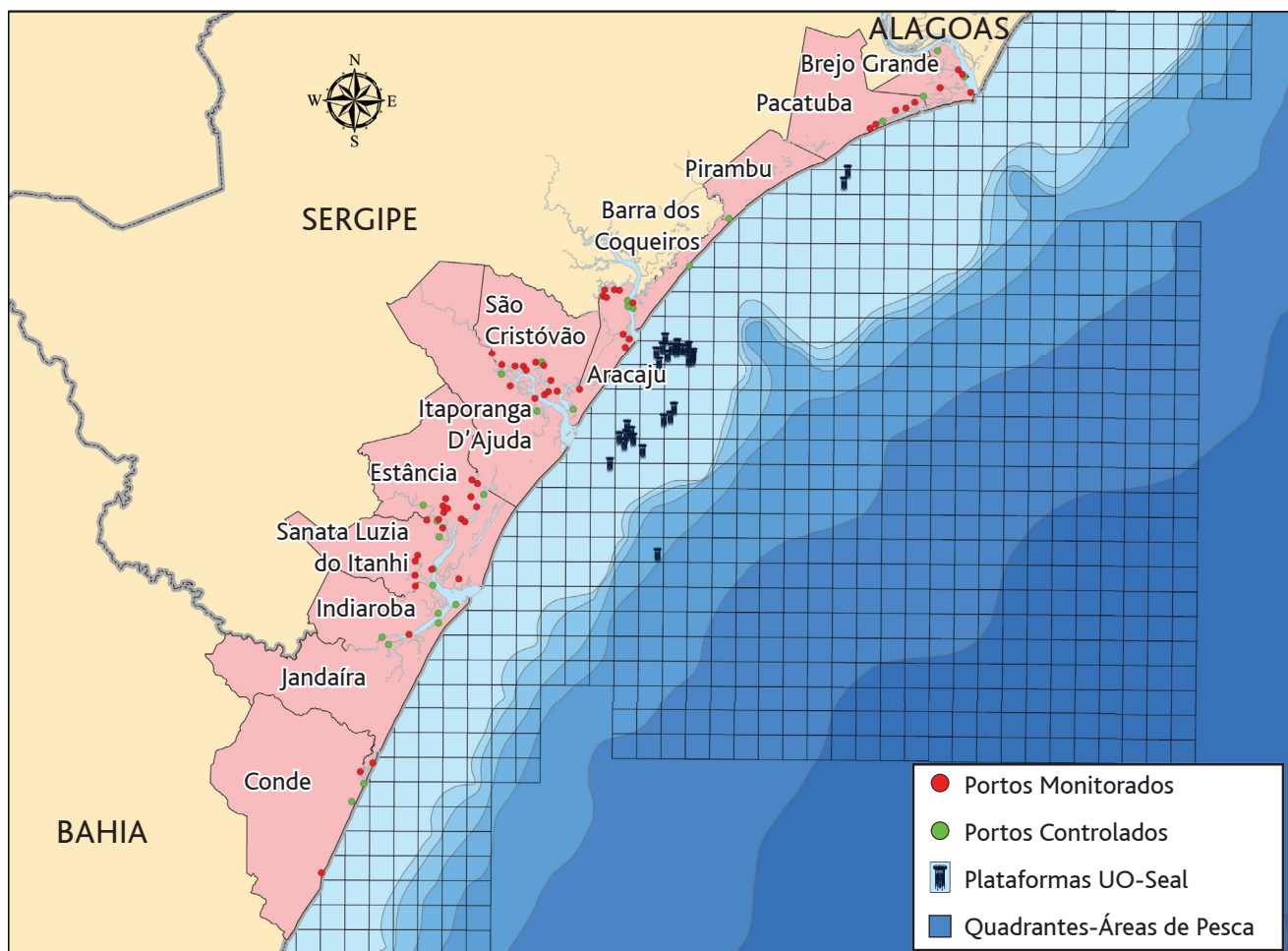
Com essas mudanças, o projeto permitirá fornecer informações consistentes sobre várias interferências que ocorrem nos locais onde ocorre atividade de pesca. "A gente precisa saber como se dá o uso desse espaço marinho, além da atividade da Petrobras. Os pescadores atuam em uma área que tem um interesse de vários usuários, não só a Petrobras, mas a Marinha, IBAMA, o ICMBIO e próprios pescadores, por isso a gente precisa conhecer melhor as características espaciais da atividade de produção pesqueira", explicou Cristiano.

Metodologia

Além da preocupação com o lado científico dos dados, o projeto adotou um cuidado especial para manter o sigilo quanto ao potencial pesqueiro dos espaços pesquisados. "Fizemos uma metodologia evitando que sejam revelados os locais exatos da pesca, estudamos a área em quadrante, porque cada pescador tem seus locais específicos de pesca e isso é o segredo comercial deles. Assim mantemos o sigilo e a confiança desses pescadores. Esse desenho metodológico guarda o segredo dos pescadores, mas revela as áreas de uso principal da pesca e da nossa atividade", informou Cristiano.

Devolutivas

Após todo o trabalho de registro dos dados, todas as informações levantadas voltam para a comunidade, possibilitando assim uma discussão não só entre Petrobras e comunidades, mas entre os próprios pescadores. "Esses resultados são levados e discutidos com



Identificação dos portos onde ocorre o monitoramento do PMPDP e quadrantes que representam áreas de pesca



Supervisão do trabalho de coletor do PMPDP



Oficina devolutiva apresenta resultados do PMPDP

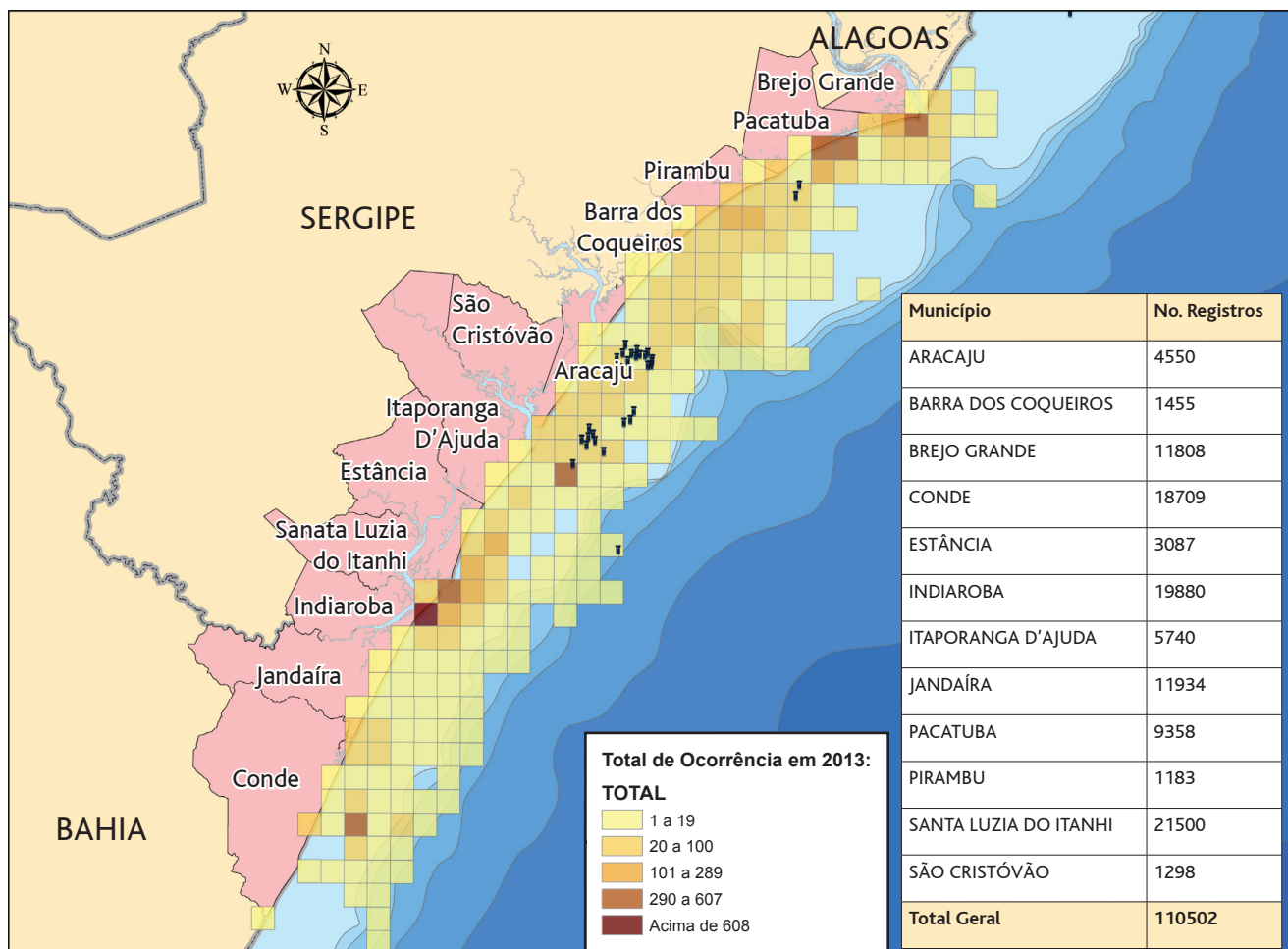
a comunidade, que validam as informações. O que a gente percebe é que, além dos objetivos iniciais desse projeto, ele leva para a comunidade a oportunidade de discutir espaços comuns da pesca, a própria utilização dos espaços deles", destacou Cristiano.

Ele ainda chama a atenção para um detalhe. "De maneira informal, existe uma setorização entre as comunidades. É raro um pescador de uma comunidade pescar na área de outra. Eles acabam pescando muito próximo aos seus portos de origens", revelou.

Os resultados mais recentes do projeto já foram devolvidos para as comunidades dos 39 portos pesquisados. Foram realizados eventos de capacitação com as comunidades para que os resultados fossem apresentados e discutidos.

Para Cristiano, houve um ganho no nível de detalhamento dos dados pesqueiros. "É um trabalho extenso, mas que nos apresenta resultados importantes. Hoje, se a gente quer fazer uma intervenção em alguma área, temos dados por data e por área. No caso de um vazamento, a gente saberia quais as frotas atingidas, onde elas atuam, entre outros detalhes", explicou.

Entre os principais dados produzidos pelo PMPDP, estão: o valor da primeira venda; as principais espécies capturadas; os tipos de artefato de pesca e de embarcações. "Temos todos esses números detalhados por município. É importante ressaltar que toda informação é passada de maneira voluntária pelas pessoas das comunidades", finalizou Cristiano.



Neste mapa pode-se observar a quantidade de eventos de pesca durante o período pesquisado. Quanto mais escura a área, mais eventos ocorrem

Atividade de mariscagem é tema de pesquisa em seis municípios abrangidos pelo PEAC

A pesquisa, intitulada Diagnóstico de Vulnerabilidade de Grupos de Marisqueiras, foi voltada a profissionais de Aracaju, São Cristóvão, Brejo Grande, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba



Técnicas interagem com as marisqueiras na fase de coleta de dados para a pesquisa



Intitulada Diagnóstico de Vulnerabilidade de Grupos de Marisqueiras, a pesquisa teve o objetivo de fornecer conhecimentos consistentes sobre as condições e relações de trabalho na atividade de mariscagem, além da sua organização política, aspectos das relações entre homens e mulheres, interação com os manguezais e interferências com a indústria do petróleo. A iniciativa fez parte das atividades do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).

Com os dados levantados ao longo de 2013 sob a coordenação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o trabalho envolveu 12 comunidades em seis municípios da área de abrangência do programa: Aracaju, São Cristóvão, Brejo Grande, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Conheça a seguir os principais resultados da pesquisa.

A atividade

O primeiro ponto observado foi a caracterização da atividade de mariscagem. Os dados mostram que em 11 das comunidades as mulheres marisqueiras trabalham na captura e no beneficiamento dos mariscos realizando um trabalho independente. Como exceção, no Bairro Industrial as mulheres trabalham no filetagem do camarão sete-barbas utilizando as instalações do Terminal Pesqueiro de Aracaju ou em bancas do mercado central, realizando um trabalho informal (sem carteira de trabalho assinada). Em

todas as comunidades, foi constatado que a atividade é feita de forma precária, desgastante e que exige a aplicação da força física.

A pesquisa observou também que as espécies mais capturadas pelas marisqueiras são crustáceos e mariscos como sururu, aratu, ostra, siri, maçunim e camarão. Quanto à renda declarada, a média mensal variou de R\$320 a R\$400 para o grupo de maior renda, e de R\$124 a R\$200 para o grupo de menor renda.

Embora sejam donas dos produtos capturados e beneficiados, as marisqueiras possuem forte dependência dos atravessadores para a sua comercialização, sendo mais acentuada nas comunidades de Santa Luzia e Brejo Grande. No Bairro Industrial, em Aracaju, as marisqueiras têm o seu trabalho dedicado ao beneficiamento de um produto que não é de sua propriedade. Com relação à carga horária de trabalho, a pesquisa mostrou que a atividade é realizada de segunda a sexta-feira, variando de 13 a 16 horas diárias de trabalho, com exceção das mulheres do Bairro Industrial, onde a atividade é realizada de seis a sete dias, podendo ultrapassar oito horas trabalhadas por dia.

Organização política

Quanto à organização política, do universo de 218 profissionais pesquisadas nos seis municípios, 189 mulheres possuem registro em entidades representativas, com predomínio de filiação às Colônias de Pescadores. Na visão das entre-

vistadas, essas entidades, entretanto, não têm correspondido com mecanismos de representatividade legítimos dessas trabalhadoras da pesca.

Para a maioria delas, seria válida a criação de entidades representativas específicas, capazes de garantir a busca por benefícios e melhorias para a categoria. Entre as vantagens percebidas, destacam-se as possibilidades de fortalecimento de sua organização; a obtenção de informações úteis à categoria; a garantia de uma renda complementar (seguro defeso); o reconhecimento da profissão e a diminuição das desigualdades de gênero que predominam em suas comunidades.

Acesso às áreas de pesca

As mulheres marisqueiras também percebem uma diminuição na produção da mariscagem. Para elas, o principal fator associado a essa redução é a atividade de carnicultura, também sendo lembrada a sobrepesca (captura de pesca acima da capacidade de reposição natural) e desmatamento dos manguezais.

Os conflitos existentes em função do cercamento de terras e restrição de acesso aos rios e manguezais também apareceram no estudo, principalmente nas comunidades de Muculan-duba, Tibúrcio (ambas em Estância) e Rita Cacete (São Cristóvão). Em Carapitanga (Brejo Grande), o conflito é travado com os donos dos viveiros de camarão que se apropriam dos manguezais, proibindo as mulheres de capturarem nos arredores dos criadouros.

Nos mapas apresentados nesta página são indicadas as principais áreas de manguezais incluídas na pesquisa, além de áreas de restrições para as marisqueiras e áreas onde elas fazem a coleta de mariscos.

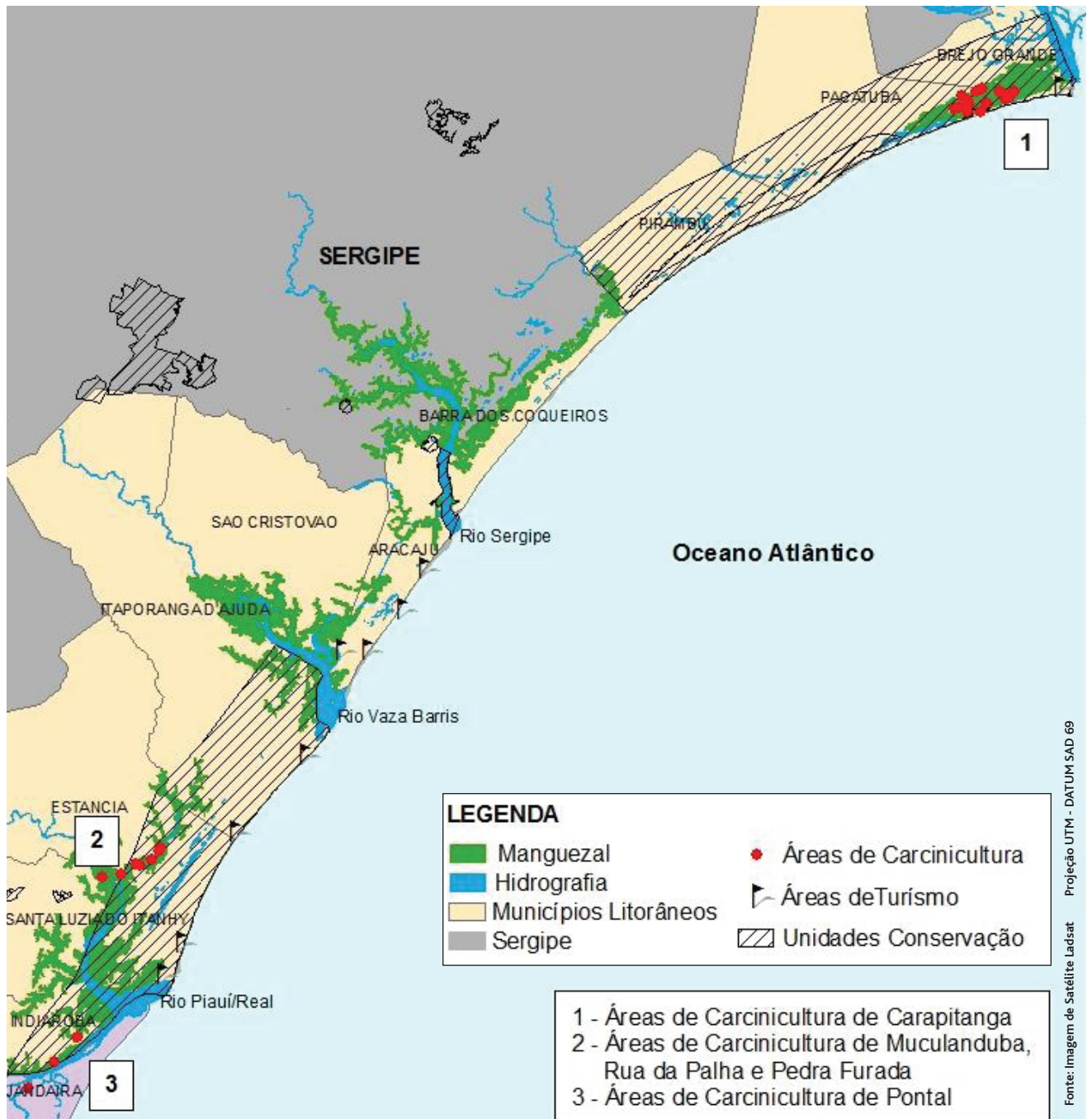
Ainda foram citados na pesquisa como fatores que dificultam a atividade a especulação imobiliária, que tende a gerar restrição no acesso às áreas de pesca e aumento do custo de vida; o turismo; e o aumento no fluxo de embarcações, que podem, na visão das marisqueiras, estar relacionado com a fuga de mariscos e peixes por causa do barulho dos motores.

Indústria de petróleo

A maioria das entrevistadas não relacionou diretamente alterações físicas de suas respectivas comunidades com a chegada da indústria do petróleo. As comunidades de Areia Branca, Muculanduba, Bairro Industrial, Rita Cacete e Pontal, no entanto, identificaram algum tipo de relação com essa indústria, a exemplo da referência à presença de manchas de óleo no entorno das comunidades e à interferência indireta sobre a atividade pesqueira, pelo fato de a indústria de petróleo usar áreas marítimas que coincidem com os espaços da atividade pesqueira.

Quanto à presença de instalações, a maioria das entrevistadas disse não observar a presença de tubulações (dutos de óleo e gás) em suas comunidades, com exceção de Rita Cacete, onde 95% das marisqueiras entrevistadas apontam a presença de dutos da Petrobras e, num percentual bem menor, Rua da Palha, onde 40% citaram a presença de instalações. Quanto ao tráfego de transportes terrestres, o percentual mais expressivo ocorreu em Rita Cacete, do município de São Cristóvão (provavelmente devido aos veículos envolvidos com as atividades na Estação Coletora de Ilha Pequena).

Com os resultados da pesquisa, será possível uma melhor definição de projetos de intervenção para o fortalecimento da organização das marisqueiras.



Nos mapas é possível identificar as várias interferências com atividade de mariscagem identificadas na pesquisa



- Áreas de coleta de mariscos de Muculanduba
- Áreas de coleta de mariscos de Tibúrcio
- Áreas de coleta de mariscos de Pedra Furada
- Áreas de coleta de mariscos de Rua da Palha
- Áreas de Carcinicultura
- Comunidade



- Lusomar
- Áreas de coleta de mariscos
- Áreas de Carcinicultura
- Comunidade

Projeto Observatório Social dos Royalties realiza primeira reunião



Técnicos da UFS interagem com as comunidades de Pirambu na primeira reunião do projeto

O projeto denominado Observatório Social dos Royalties realizou sua primeira reunião no dia 26 de julho de 2014, com a presença de 32 representantes comunitários do município de Pirambu, norte de Sergipe. Exigido pelo IBAMA como condicionante das licenças ambientais marítimas da Petrobras, o projeto é desenvolvido dentro do PEAC e busca capacitar, mobilizar e organizar os grupos comunitários para uma discussão qualificada sobre a aplicação dos recursos financeiros provenientes dos royalties e das chamadas participações especiais.

O Observatório é realizado como piloto somente no município de Pirambu e prevê atividades de pesquisa, mobilização social, formação, acompanhamento de políticas públicas, comunicação e criação de espaços qualificados de discussão coletiva e é executado por meio de um convênio entre Petrobras, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Fapese.

Duas sondas estão operando em águas ultraprofundas da Bacia de Sergipe-Alagoas

As operações ocorrem numa distância superior a 50km da costa. Uma intervenção em águas rasas também acontece em Aracaju

A Petrobras segue com suas atividades marítimas na Bacia de Sergipe-Alagoas. Além das plataformas de produção em águas rasas, atualmente duas operações ocorrem em águas ultraprofundas, com utilização de um navio-sonda e uma plataforma semisubmersível de perfuração. O navio está na área conhecida como Barra, e a plataforma de perfuração no poço conhecido como Poço Verde, conforme indicado no mapa ao lado.

O navio-sonda NS-35 encontra-se a 59,5 km da costa numa lâmina d'água de 2.266 metros e opera num poço que ultrapassa 4.900 metros de profundidade. Ele realiza avaliação exploratória que deverá ser concluída em meados de outubro próximo. Já a sonda SS-75 realiza perfuração exploratória num poço com profundidade de 5.340 metros, com lâmina d'água de 2.196m, a uma distância de 57km da costa, com previsão de término para o final de outubro deste ano.

Na área de águas rasas, onde ocorre produção e escoamento de óleo e gás pelas plataformas fixas, também está ocorrendo, a aproximadamente 10km da costa, uma intervenção para limpeza na coluna de produção de um poço do campo de Guaricema, realizada pela plataforma autoelevatória P-59. O fim da operação está previsto para 20 de setembro.

Todos esses empreendimentos implicam em movimentação de embarcações de apoio para transporte de cargas e pessoas, tendo como base em terra o Terminal Marítimo Inácio Barbosa, no município de Barra dos Coqueiros.



TELEFONES ÚTEIS

Telefones 0800 da Petrobras
(Ligação gratuita)

Se estiver em Sergipe ou Bahia
0800 079 3434

Se estiver em Alagoas
0800 082 3434

Escritórios da Petrobras
em Aracaju

(79) 3212 2356
ou
(79) 3212 2254

Email: launseal@petrobras.com.br

Linha verde IBAMA
(Ligação gratuita)

Central de atendimento
0800 61 8080

Informativo dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe/Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional, medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Luiz Robério Silva Ramos - gerente geral da Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas; Luiz Roberto Dantas de Santana - gerente de Comunicação e Segurança de Informações; Ricardo Leal Costa Santos - responsável pela publicação - CONRERP 2025 (7ª Região); Lucas Brito Miranda - editoração eletrônica; Alcione Martins e Janete Cahet - jornalistas colaboradoras; Fotografias - acervo Petrobras, Bénette Cruz, Janet Cahet, Alcione Martins e Cláudio Pereira; Endereço: Rua Acre, 2504, Bloco B, Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010, Fone (79) 3212-2254, Email: launseal@petrobras.com.br; Tiragem: 7.000 exemplares.